

ÍNDICE

PRINCIPAIS ABREVIATURAS	9
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I – O DIREITO PÚBLICO: NOÇÃO	13
PARTE I – TEORIA DO ESTADO	17
CAPÍTULO II – ORIGEM E FUNDAMENTOS DO ESTADO	21
1. ORIGEM E EVOLUÇÃO DO ESTADO	21
1.1. O poder político antes do Estado	22
1.2. O surgimento do Estado (moderno)	24
1.3. A evolução do Estado	25
1.4. O Estado desafiado pela descentralização regional e pela centralização internacional do poder	28
2. CONCEÇÕES SOBRE O ESTADO	30
2.1. Legitimidade e legitimação do poder político	31
2.2. Os fins do poder político	34
2.3. Conclusão	35
CAPÍTULO III – OS ELEMENTOS DO ESTADO	37
1. O POVO	38
1.1. Conceito	38

1.2. Distinção de figuras afins (população, nação e pátria)	39
1.3. Princípios das nacionalidades e da autodeterminação dos povos	40
1.4. A proteção das minorias	41
1.5. Aquisição e perda da cidadania portuguesa	43
1.5.1. Aquisição da nacionalidade	43
1.5.1.1. Aquisição originária	44
a) Por mero efeito da lei	44
b) Por efeito da lei e da vontade	45
1.5.1.2. Aquisição derivada	46
a) Por efeito da vontade	46
b) Pela adoção	48
c) Por naturalização	48
1.5.2. Perda da nacionalidade	51
1.6. O estatuto jurídico das pessoas em razão da cidadania	51
1.7. A cidadania europeia	53
2. O TERRITÓRIO	55
2.1. Introdução e conceito	55
2.2. Aquisição do território e delimitação das fronteiras	57
2.2.1. Modos de aquisição do território	57
2.2.1.1. Aquisição originária	58
2.2.1.2. Aquisição derivada	60
2.2.2. Títulos de delimitação fronteiriça	61
2.2.3. A proibição constitucional da alienação do território e a retificação de fronteiras	62
2.3. Os elementos componentes do território	62
2.3.1. Domínio terrestre	63
2.3.2. Domínio marítimo	64
2.3.3. Domínio aéreo	67
2.4. O território e o Direito: os princípios da territorialidade e da impermeabilidade	68
2.5. Outros aspetos da relação entre Direito e território	68
2.6. A cidadania e o acesso ao território do Estado	71
3. O PODER SOBERANO	73
3.1. A soberania como poder político	74
3.2. A soberania como categoria especial do poder político	75
3.3. A soberania e o Direito	76
3.4. Limites ao poder político soberano	78
3.5. Desafios contemporâneos à soberania dos Estados	82

CAPÍTULO IV – AS FUNÇÕES DO ESTADO	87
1. AS FUNÇÕES DO ESTADO	98
1.1. A função política (legislativa e governamental)	89
1.2. A função administrativa e a função jurisdicional	90
1.3. Alguns casos de diluição de fronteiras	93
2. O PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES	95
PARTE II – A RELAÇÃO JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO	101
CAPÍTULO V – O ESTADO E O DIREITO	103
1. A SUBORDINAÇÃO DO ESTADO AO DIREITO	103
1.1. As origens do Estado de Direito	103
1.2. O Estado de Direito Liberal	104
1.3. O Estado de Direito Social	106
1.4. A mais recente evolução do Estado de Direito	108
2. A PERSONALIDADE JURÍDICA DO ESTADO	110
2.1. Algumas doutrinas acerca da personalidade jurídica	110
2.2. Consequências do reconhecimento de personalidade jurídica ao Estado	111
2.3. Carácter unitário ou plural do Estado como sujeito de Direito	112
CAPÍTULO VI – A RELAÇÃO JURÍDICO-PÚBLICA	115
1. INTRODUÇÃO	115
2. ESPECIFICIDADES DAS RELAÇÕES DE DIREITO PÚBLICO	116
3. CONCEITO DE RELAÇÃO JURÍDICO-PÚBLICA	118
4. CLASSIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES DE DIREITO PÚBLICO	120
4.1. Relação jurídica bilateral/relação jurídica multilateral ou multipolar	120
4.2. Relações de Direito Constitucional/de Direito Internacional/de Direito da União Europeia/de Direito Administrativo	121
CAPÍTULO VII – OS ATOS JURÍDICO-PÚBLICOS	123
1. CONCEITO	124
2. PRINCIPAIS ATOS NORMATIVOS	125
a) Constituição	125
b) Atos legislativos nacionais	125
c) Atos legislativos da União Europeia	126

d) Convenções internacionais	127
e) Regulamentos administrativos	127
3. A HIERARQUIA DOS ATOS NORMATIVOS	129
4. PRINCIPAIS ATOS NÃO NORMATIVOS	134
a) Atos políticos	134
b) Atos jurisdicionais	134
c) Atos jurídico-públicos concretos da Administração Pública	135
5. O PROCEDIMENTO DE FORMAÇÃO DOS ATOS JURÍDICO-PÚBLICOS	136
5.1. Conceito de procedimento	136
5.2. Razões justificativas da imposição do procedimento	137
5.3. Consequências do incumprimento do procedimento	137
6. A OMISSÃO DE ATOS JURÍDICO-PÚBLICOS	139
CAPÍTULO VIII – AS POSIÇÕES JURÍDICAS SUBJETIVAS PÚBLICAS	141
1. POSIÇÕES JURÍDICAS SUBJETIVAS ATIVAS	142
1.1. Direitos subjetivos públicos: classificação	142
1.2. Poderes jurídico-públicos	144
2. POSIÇÕES JURÍDICAS SUBJETIVAS PASSIVAS	145
2.1. Deveres	145
2.2. Estados de sujeição	146
3. O ESTATUTO JURÍDICO	147
PARTE III – TEORIA DA ORGANIZAÇÃO PÚBLICA	151
CAPÍTULO IX – AS FORMAS DO ESTADO	153
1. INTRODUÇÃO	153
2. O ESTADO UNITÁRIO	155
2.1. Introdução e classificações	155
2.2. A forma unitária do Estado português	157
3. O ESTADO FEDERAL	158
3.1. Introdução: os Estados compostos	158
3.2. O surgimento dos Estados federais: as confederações	158
3.3. Características do Estado federal	160

3.4. Diferenças entre o Estado federal e o Estado regional	161
3.5. Coordenação entre o Estado federal e os Estados federados	161
4. A FORMA DO ESTADO PORTUGUÊS	163
CAPÍTULO X – ORGANIZAÇÃO PÚBLICA PORTUGUESA, INTERNACIONAL E DA UNIÃO EUROPEIA	165
1. ORGANIZAÇÃO PÚBLICA PORTUGUESA	165
2. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL	171
2.1. Apresentação	171
2.2. Implicações da organização internacional na organização interna	172
3. ORGANIZAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA	175
3.1. Apresentação	175
3.2. Implicações da organização da UE na organização interna	177
CAPÍTULO XI – ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	179
1. AS PESSOAS COLETIVAS, OS ÓRGÃOS E OS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	179
1.1. As pessoas coletivas públicas, os órgãos administrativos e os serviços administrativos – breves noções	179
1.2. Os órgãos administrativos: classificação	181
1.3. O funcionamento dos órgãos colegiais	182
2. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PORTUGUESA: A ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL DIRETA E INDIRETA E A ADMINISTRAÇÃO AUTÓNOMA	186
2.1. Administração estadual	187
a) Administração estadual direta	187
b) Administração indireta do Estado	188
c) Administração independente do Estado	189
2.2. Administração Autónoma	190
3. AS RELAÇÕES DE HIERARQUIA, SUPERINTENDÊNCIA E TUTELA	193
3.1. A hierarquia administrativa	193
3.2. A superintendência e a tutela administrativa	196
4. OS MEIOS DE GARANTIA ADMINISTRATIVOS	199
4.1. Os meios de garantia administrativos	199
4.2. A reclamação e os recursos	201